

EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

DA SENZALA À COLÔNIA

(1ª edição: 1966)

Resumo precário da obra, focado em:

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO AO TRABALHO LIVRE NO BRASIL

A escravidão marcou os destinos da nossa sociedade.

O trabalho que se dignifica à medida que se resume no esforço do homem para dominar a natureza na luta pela sobrevivência corrompe-se com o regime da escravidão, quando se torna resultado de opressão, de exploração. Nesse caso, ele se degrada aos olhos dos homens. O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e diferenciação na sociedade, embora unindo os homens na colaboração, na ação comum, torna-se, no sistema escravista, dissociador e aviltante. A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação. Por isso, para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo. “Trabalho é pra negro.” A idéia de trabalho trazia consigo uma sugestão de degradação. Também para o negro, o trabalho, fruto da escravidão, aparecia como obrigação penosa, confundia-se com o cativo, associava-se às torturas do eito (roça onde trabalhavam escravos). A liberdade deveria, necessariamente, aparecer-lhe como promessa de ausência de obrigações e de trabalho. Dessa forma, a escravidão ultrajava a idéia de trabalho e, o que é ainda mais grave, degradava as relações entre os homens. Num regime escravista, o respeito mútuo necessário à verdadeira coesão social não existe.

O surto cafeeiro trouxe um recrudescimento da escravidão. A demanda de negros aumentou.

Em *Da senzala à colônia*, a abolição aparece como resultado de um processo de longa duração que envolve mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea. Neste tipo de abordagem, o episódio (por exemplo, a aprovação da lei que proíbe o tráfico de escravos) é visto como ponto de convergência de movimentos de longa e média duração (estruturais e conjunturais). Tais movimentos ocorrem simultaneamente no plano nacional e internacional. Condições internacionais explicam a decadência da escravidão e seu desaparecimento mais ou menos simultâneo nas várias regiões do Novo Mundo, depois de a instituição ter funcionado por três séculos sem ser fundamentalmente questionada. As determinações internas (nacionais ou regionais) explicam o ritmo e a forma pela qual a escravidão foi abolida nas várias áreas. Deste modo, a história do Brasil é vista a partir de uma perspectiva que transcende as fronteiras nacionais, embora não considere os processos internos mero reflexo do que se passa na cena

internacional, pois que as condições internas e internacionais são relacionadas dialeticamente e não de forma mecânica.

Existe implícito na obra, o pressuposto de que a escravidão foi uma instituição integrante do sistema colonial característico da fase de acumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (séculos XV e XIX). A escravidão teria entrado em crise, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, o Estado absolutista e a política mercantilista foram repudiados. A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população na Europa e a crescente divisão do trabalho acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional. A partir das novas condições, a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante, passando a ser alvo da crítica dos novos grupos sociais menos comprometidos com ela. É preciso notar, no entanto, que as transformações econômicas e sociais não explicam, por si só, o desaparecimento da escravidão como sistema de trabalho. Igualmente importantes foram as mudanças ideológicas e as lutas políticas do período, as quais, por sua vez – sempre é bom lembrar –, só podem ser entendidas à luz das transformações econômicas e sociais. Os instrumentos teóricos forjados na luta contra o Antigo Regime – a filosofia da Ilustração, afirmando os direitos do homem, a economia liberal clássica, condenando as práticas mercantilistas e afirmando a superioridade do trabalho livre – trouxeram consigo os argumentos que levaram à condenação da escravidão. A crítica solapou as bases teóricas, morais e religiosas que haviam sustentado a escravidão por mais de três séculos. Passou-se a questionar não só a legitimidade, mas também a produtividade do trabalho escravo. Dentro desse contexto, não tardou muito para que a cessação do tráfico e a abolição da escravatura nas colônias se tornassem temas políticos na luta pelo poder que se travava tanto nas metrópoles quanto nas colônias. A partir desse momento, a escravidão teria os seus dias contados. Primeiro viria a interdição do tráfico, depois a abolição. É, pois, dentro desse amplo quadro de referências, com suas potencialidades e seus limites, que se movimentam os personagens históricos que se definem a favor ou contra a abolição da escravatura no Brasil ou em outros países da América.

O processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre foi, no entanto, lento e difícil. Tanto mais que as condições que levaram gradativamente ao desaparecimento do trabalho servil e sua substituição pelo trabalho livre nas áreas capitalistas mais desenvolvidas reforçaram, inicialmente, a escravidão nas áreas coloniais, menos desenvolvidas, onde a demanda crescente de produtos coloniais, motivada pela expansão do mercado internacional, intensificou a importação de escravos, exatamente quando, nas metrópoles do capitalismo, a escravidão era posta em questão. A contradição entre desenvolvimento capitalista e escravidão acabou, no entanto, por se repetir, se bem que de maneira específica, nos vários países da América. A luta pela cessação do tráfico e pela abolição da escravatura se daria em ritmos diversos em cada região, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas internas. Nos Estados Unidos, esse processo só se resolveria com uma guerra civil entre o norte e o sul. No Brasil, a escravidão seria extinta por um ato do parlamento, diante dos aplausos das galerias apinhadas de gente.

Partindo do pressuposto de que são os homens (e não as estruturas) que fazem a história, se bem que a façam dentro de condições determinadas [pelas estruturas], procurei analisar o processo nos vários níveis: o econômico, o social, o político e o ideológico, reconhecendo que, embora esses níveis tenham uma relativa autonomia e uma dinâmica que lhes é própria (não sendo possível, por exemplo, reduzir o ideológico ou o político ao econômico), todos eles estão profundamente inter-relacionados. Transformações na economia implicam transformações sociais que eventualmente se traduzem em posições ideológicas e gestos políticos; por outro lado, as lutas pelo poder que resultam do confronto de diferentes grupos ou classes sociais podem dar origem a uma legislação que afeta o funcionamento da economia e interfere, em última instância, nas relações sociais etc. Portanto, essa perspectiva pareceu-me a melhor maneira de compreender o processo histórico e apanhá-lo em suas múltiplas dimensões, isto é, apresentá-lo na sua dialética.

Em *Da senzala à colônia*, procurei mostrar que a crescente demanda de café no mercado internacional teve como efeito imediato a intensificação do tráfico de escravos e sua progressiva concentração nas áreas cafeeiras. Pressões diplomáticas inglesas (que só podem ser entendidas dentro do contexto da história da Inglaterra) levaram o governo brasileiro a proibir a importação de escravos em 1831, numa fase anterior à grande expansão cafeeira. Mas, a partir de então, a necessidade de abastecer de mão-de-obra as áreas produtoras em expansão acarretou a continuação do tráfico, sob a forma de contrabando, até 1850, quando nova legislação veio interrompê-lo definitivamente. A cessação efetiva do tráfico só foi possível em virtude de uma convergência de fatores internos e internacionais. A temporária saturação do mercado comprador de escravos, a centralização do aparato estatal (permitindo maior eficiência na repressão) e o aumento da pressão inglesa sobre o governo brasileiro fizeram que a lei aprovada em 1850 se tornasse realidade.

A interrupção do tráfico determinou também a alta no preço dos escravos. De 1850 a 1880, o preço dos escravos subiu constantemente, chegando em certos casos a seis vezes o seu valor inicial; a partir de então os preços de venda de escravos declinaram.

Na segunda metade do século XIX, no entanto, uma série de transformações ocorreu no país, facilitando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; tais transformações criaram *condições* para que essa transição se desse, o que não é o mesmo que dizer que elas *determinaram* essa transição. Primeiramente, a acumulação de capitais resultante da expansão do setor exportador permitiu aos fazendeiros de café introduzir melhoramentos no processo de beneficiamento do produto (o mesmo é verdade a respeito de alguns fazendeiros de açúcar), incrementando assim a produtividade do trabalho e reduzindo a mão-de-obra necessária e permitindo maior especialização do trabalhador. A máquina realizava em menos tempo e com mais eficiência o trabalho anteriormente realizado por um grande número de escravos. O sistema de transportes passou por verdadeira revolução. Navios a vapor, mais rápidos e de maior tonelagem, substituíram gradativamente os navios a vela até então utilizados. Simultaneamente, a disponibilidade de capitais resultante da acumulação capitalista nos dois lados do Atlântico permitiu a construção de ferrovias, ampliando dessa forma a capacidade e

reduzindo os custos do transporte. Essa transformação no sistema de transportes e a melhoria no processo de beneficiamento do café (ou do açúcar) não só aumentaram a capacidade produtiva como possibilitaram um uso mais eficiente da mão-de-obra. A partir de então puderam os fazendeiros usar um menor número de trabalhadores permanentes, recorrendo a trabalhadores extras em tempos de colheita. Dentro dessas novas condições, o trabalho livre, desde que fosse possível garantir seu suprimento e manter baixo o seu custo, se revelaria tão ou mais adequado do que o escravo. Evidentemente, a maior ou menor produtividade do trabalho livre em relação ao escravo variava de região para região, dependendo das condições do solo, proximidade a ferrovias, disponibilidade de mão-de-obra etc.

Outro fator que contribuiu para tornar o trabalho livre mais atraente foi o interesse crescente na circulação do capital. No decorrer do século XIX, a ampliação do mercado interno e a acumulação de capitais dinamizaram a economia, multiplicando as oportunidades de investimento nos setores os mais variados, mercantis, industriais e financeiros. A abertura de novas áreas de investimento não determinou, obviamente, um deslocamento automático de capitais do setor agrário para os novos setores, mesmo porque o café continuava a ser remunerador. Em geral, a tendência do investidor é continuar a investir em áreas com as quais ele está familiarizado, em vez de assumir riscos desnecessários investindo em setores nos quais não tem nenhuma experiência. Mas, para muitos fazendeiros, a aplicação de capitais em vias férreas, bancos, indústrias e empresas comerciais ou companhias de seguro apareceu não como solução alternativa, mas como oportunidade complementar atraente, mesmo quando não mais lucrativa. Isso porque a diversificação de investimentos diminuía a margem de risco que recaía sobre o capital investido na agricultura, cujo rendimento estava sujeito às oscilações do mercado internacional e aos caprichos da natureza.

Em face das novas oportunidades de investimento, a imobilização de capitais na compra de escravos passou a significar um entrave à desejada diversificação de capital, principalmente a partir do momento em que os fazendeiros puderam divisar alternativas para o problema da mão-de-obra, alternativas estas que não envolviam imobilização inicial de capital. Isso foi sentido particularmente pelos fazendeiros das áreas pioneiras, que tinham que adquirir seus escravos por altos preços, sendo obrigados a um grande investimento inicial. Para estes, a perspectiva de contratar trabalhadores livres e pagar salários ou outras formas de remuneração equivalentes ao que despendiam com o sustento dos escravos parecia solução ideal, porque eliminaria a necessidade de desembolsar uma soma inicial na aquisição dos escravos. Para que pudessem abrir mão do trabalhador escravo, no entanto, seria necessário primeiro garantir o suprimento de trabalhadores livres.

No decorrer do século, dois fenômenos concorreram para criar uma abundante reserva de mão-de-obra: o crescimento da população livre nacional e a entrada de imigrantes europeus. Em virtude das transformações ocorridas na Europa, sob o impacto do desenvolvimento capitalista, um número cada vez maior de pessoas expropriadas se dispôs a emigrar para o Novo Mundo. A partir de 1870, os fazendeiros encontraram na Itália a mão-de-obra necessária às suas plantações. Mas, apesar das condições para a imigração se terem tornado mais favoráveis, a substituição do escravo pelo trabalhador livre não existia igualmente para todos. Os fazendeiros das regiões menos produtivas não tinham condições de atrair

trabalhadores livres – imigrantes ou nacionais, pois estes preferiam as zonas de maior produtividade. Tal fato foi assinalado tanto nas regiões cafeeiras quanto nas açucareiras, ou nas charqueadas do sul do país. Augusto Millet, um senhor de engenho do Nordeste, observou, na década de 1870, que só os senhores de engenho que tinham conseguido modernizar seu equipamento e cujas fazendas se achavam localizadas junto a ferrovias, gozando portanto de condições de alta produtividade, achavam-se em condições de adotar, com sucesso, o trabalho livre. Esses eram poucos; para a grande maioria dos fazendeiros do Nordeste, o escravo continuava, na sua opinião, a ser a mão-de-obra preferida. Idêntica era a situação em São Paulo, onde o imigrante só substituía com vantagem o escravo em fazendas de alta produtividade, em que a margem de lucro era ampla e os colonos podiam ser mais bem remunerados pelo seu trabalho. Essas fazendas eram, em geral, localizadas nas áreas de ocupação recente, em terras particularmente férteis, junto a ferrovias e a núcleos urbanos onde os colonos, além do que ganhavam com o café, podiam vender o excedente dos produtos que cultivavam para sua subsistência, obtendo assim uma renda adicional.

Foram os fazendeiros que abriram fazendas nas zonas pioneiras e que não dispunham de um plantel de escravos os maiores interessados no desenvolvimento da imigração e do trabalho livre. Para estes, a escravidão aparecia como um obstáculo à promoção da imigração. Mas enquanto os fazendeiros das zonas pioneiras podiam encarar com simpatia o projeto de introduzir imigrantes em suas fazendas, a maioria dos fazendeiros das zonas cafeeiras mais antigas do Vale do Paraíba ou do oeste paulista, onerados por dívidas e às voltas com a queda de produtividade dos seus cafezais e que, por isso mesmo, tinha dificuldades em atrair trabalhadores livres, continuava apegada ao trabalho escravo. A contrastante atitude dos fazendeiros das zonas pioneiras e das zonas decadentes não pode ser explicada em termos meramente psicológicos ou ideológicos, como sugeriram alguns autores. Não se trata de opor pura e simplesmente uma mentalidade senhorial a uma empresarial, mas de contrastar duas condições *objetivamente* diversas que permitiram a uns assistir com relativa indiferença aos progressos do abolicionismo e levaram outros a defender até o último instante a ordem tradicional.

A despeito da grande dificuldade de circunstâncias enfrentadas pelos proprietários de escravos – o que explica em parte a diversidade de comportamento -, a verdade é que as transformações na economia e na sociedade tornaram gradativamente o trabalho livre uma alternativa mais viável, quando não mais vantajosa, do que jamais fora. As mudanças econômicas, no entanto, não são suficientes para explicar a abolição. Outros fatores, igualmente importantes, contribuíram para desqualificar o trabalho escravo. Não tivessem as leis do Ventre Livre e dos Sexagenários – por mais modestos que tenham sido seus resultados práticos imediatos – questionado a legitimidade da propriedade escrava e condenado a instituição a desaparecer a longo prazo; não fosse a agitação abolicionista levantar suspeitas sobre a legitimidade da propriedade escrava e a produtividade do escravo; não fosse, finalmente, a rebelião das senzalas e a conseqüente desorganização do trabalho nas fazendas – a instituição provavelmente teria sobrevivido até o século XX. Todas essas circunstâncias, que não podem ser medidas em termos de *imput* e *output*, investimento e taxas de lucro, afetaram a

maneira pela qual os fazendeiros avaliaram as vantagens e desvantagens do trabalho escravo e determinaram as atitudes que assumiram em face dos projetos de abolição apresentados ao parlamento.

Os abolicionistas pertenciam, na sua maioria, ao que se convencionou chamar de “classes médias” urbanas. Muitos dos que se filiaram à *Confederação Abolicionista* eram médicos, engenheiros, industriais, professores, advogados, jornalistas, escritores, artistas ou políticos profissionais. Alguns descendiam de tradicionais famílias de fazendeiros, outros vinham da burguesia urbana emergente. Havia ainda, entre eles, homens de origem modesta, mulatos que tiveram acesso às camadas superiores da sociedade mediante o sistema de clientela e patronagem. Muitos estavam comprometidos por laços familiares, profissionais ou políticos com as oligarquias rurais, mas, apesar dessas conexões, eram menos dependentes da ordem escravista do que os fazendeiros e revelavam-se, em geral, mais acessíveis à propaganda abolicionista. Quem esperar, no entanto, encontrar unanimidade entre esses grupos está fadado ao desapontamento, pois é possível encontrar entre eles muitos indivíduos que continuaram fiéis às oligarquias, defendendo com ardor os interesses escravistas.

(...) Mas se houve pretos e mulatos que se distinguiram nas fileiras do abolicionismo, foram também numerosos os que defenderam a escravidão ou permaneceram indiferentes à causa da abolição. O abolicionismo não se definiu em termos puramente raciais. Houve muito preto que não foi abolicionista e, paradoxalmente, fervorosos líderes abolicionistas brancos, como Nabuco, não eram isentos de preconceito racial.

Se o abolicionismo ganhou adeptos entre categorias urbanas, esbarrou na indiferença, se não na oposição organizada das camadas rurais. Pequenos proprietários e trabalhadores livres das zonas rurais não raro ficaram imunes ao apelo dos abolicionistas e deram seus votos aos candidatos dos proprietários de escravos, de cuja clientela faziam parte.

(...) Nem as mudanças estruturais na economia, nem a diminuição relativa da população escrava e o crescimento da população livre, nem as tentativas de substituir o escravo pelo imigrante, nem a retórica dos abolicionistas, nem a legislação emancipadora que pairava como ameaça sobre os senhores de escravos desde 1871, nem todas essas condições somadas são suficientes para explicar a aprovação final da lei que aboliu a escravidão em 13 de maio de 1888. É verdade que, de uma maneira ou de outra, todas aquelas condições solaparam gradativamente as bases de sustentação do regime escravista, tornando o investimento em escravos cada vez mais arriscado e o trabalho livre cada vez mais viável. Mas, como foi visto, os representantes das áreas cafeeiras no parlamento continuaram a resistir à pressão abolicionista até o início da década de 1880. O fator decisivo na mudança de atitude dos fazendeiros das regiões cafeeiras, principal reduto do escravismo, foi a rebelião das senzalas. Fazer dela, no entanto, a causa fundamental da abolição é interpretar esse fato exclusivamente no âmbito dos fenômenos de curta duração (situações conjunturais), minimizando as

transformações estruturais de longa duração que tornaram possível o sucesso da insurreição dos escravos.

Contando com a simpatia e o apoio de setores da população que se tinham convertido ao abolicionismo, os escravos passaram a fugir em massa das fazendas, desorganizando o trabalho e forçando os fazendeiros a aceitarem a abolição como fato inevitável e até mesmo desejável, por ser a única maneira de pôr um paradeiro à fuga dos escravos e de restabelecer a ordem nas fazendas. Com o objetivo de reter mão-de-obra, muitos senhores de escravos concederam-lhes alforria, em troca de prestação de serviços por um determinado número de anos. As manumissões em massa eram a resposta dos senhores à fuga dos escravos. Mas esse expediente não foi suficiente para deter os escravos que continuaram a fugir das fazendas. Foi então que os fazendeiros reconheceram a necessidade da abolição.

Por mais importante, no entanto, que tenha sido a agitação dos escravos no período imediatamente anterior à abolição, não seria ela capaz de destruir o sistema escravista, não estivesse este já desmoralizado e relativamente inoperante em várias regiões do país, onde outras alternativas para o problema da mão-de-obra haviam surgido. Não fossem, portanto, as mudanças na estrutura econômica e social que tornaram possível a utilização do trabalho livre, não tivessem os fazendeiros de café e de açúcar encontrado alternativas para o trabalho escravo, não tivesse o parlamento passado uma legislação emancipadora que condenava a escravidão a desaparecer gradualmente, não tivesse a campanha abolicionista convencido amplos setores da população da injustiça do cativo e da legitimidade do protesto do escravizado e a revolta dos escravos teria, de modo provável, sido violentamente reprimida, como sucedera tantas vezes durante o período colonial. E provavelmente nem mesmo os escravos teriam ousado tanto.

A ação abolicionista foi vital para a criação de uma opinião pública favorável à abolição. Faltasse a pressão que os abolicionistas exerceram no parlamento, forçando a passagem de leis emancipadoras (ainda que elas fossem, de imediato, relativamente inócuas); faltasse seu trabalho de educação da opinião pública, ora apelando para o sentimentalismo do povo, ora falando aos interesses dos fazendeiros ao argumentar em favor da superioridade do trabalho livre; faltasse o trabalho dos grupos mais radicais que instigaram escravos a fugirem e lhes deram cobertura, a abolição não teria ocorrido em maio de 1888. Por isso, têm razão os que valorizam a ação abolicionista. Mas seria ingênuo pensar que os abolicionistas poderiam ter se organizado e ser bem-sucedidos não tivessem as condições econômicas internas e internacionais se alterado de modo a tornar mais viável a adoção do trabalho livre. Na falta de alternativas, os interesses escravistas mobilizados teriam tornado muito mais difícil, se não impossível, o trabalho dos abolicionistas. Essa foi a situação em que se encontraram José Bonifácio, Burlamaque e outros, à época da Independência, quando falharam ao usar dos mesmos argumentos utilizados cinquenta anos mais tarde com sucesso por Joaquim Nabuco em favor da abolição. Faltavam, na época da Independência, condições objetivas para a efetivação desse ideal. Não fossem, pois, as transformações ocorridas na sociedade no decorrer do século XIX, o trabalho dos abolicionistas teria sido muito difícil, se não impossível.

CONCLUSÕES

A abolição representa uma etapa no processo de liquidação do sistema colonial no país, envolvendo ampla revisão nos estilos de vida e dos valores de nossa sociedade. A Lei Áurea é o ponto culminante de um processo que se liga, de um lado, à desagregação do sistema escravista no mundo e, de outro, às modificações ocorridas na estrutura econômica e social do Brasil, na segunda metade do século XIX.

Durante mais de três séculos, a escravidão foi uma das peças fundamentais do sistema colonial. No Brasil, e em outras regiões da América onde havia terra em abundância e a mão-de-obra era escassa e pouco adaptada aos serviços da lavoura, o desenvolvimento da economia de exportação determinou a concentração da propriedade e acarretou intenso tráfico de escravos.

As fazendas funcionavam como uma unidade produtora semi-autônoma. Produziam, além do açúcar, quase tudo o que era necessário ao consumo, desde alimentos e vestuário até o mobiliário e os materiais de construção. Para atender a todas as necessidades, era preciso manter em atividade incessante um grande número de escravos que se ocupavam dos mais variados misteres. Dedicavam uns à produção de víveres, outros às lides da lavoura da cana e fabrico do açúcar. Havia ainda os empregados na construção e conservação dos caminhos e os encarregados que tinham por incumbência o acondicionamento e transporte dos produtos, sem falar num sem-número de tarefas menores.

Formou-se na sociedade colonial uma poderosa oligarquia rural: uma minoria que se defrontava com o grupo de mercadores e funcionários da Coroa e que se alçava sobre um pequeno número de trabalhadores livres: artesãos e agregados e uma grande população de escravos. Fazia parte do quadro um regime de autoritarismo e arbitrariedades que começava na senzala, onde se consagrava o princípio da submissão do escravo ao senhor e se estendia a toda a sociedade, com a sujeição da mulher ao marido, do filho ao pai, do agregado ao patrão. A lei, os costumes, as instituições e as ideologias refletiam essa realidade. A ação da justiça detinha-se nos limites das fazendas onde a vontade do senhor era soberana. Os fazendeiros tinham os seus capangas que compunham sua guarda pessoal. A religião era cultuada nas capelas dos engenhos e em igrejas das vilas e povoados que dependiam em grande parte das doações senhoriais. Essa situação favorecia a criação de fortes vínculos entre o clero e a camada senhorial. Comprar terras e escravos constituíam os valores básicos dessa sociedade.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, rompeu-se o regime de monopólio comercial em que a colônia vivera até então. O país ligava-se diretamente aos mercados europeus e às correntes capitalistas internacionais. A abertura dos portos veio, no entanto, de uma certa maneira, reafirmar o caráter colonial da economia, pois, ao mesmo tempo que os artigos manufaturados europeus invadiram os nossos mercados, cresceu a demanda de produtos tropicais, o que reforçou a tendência agrária e o escravismo.

Ao iniciar-se o século XIX, o ritmo de trabalho nas áreas açucareiras não era muito diverso do que vigorava há quase trezentos anos. Os aperfeiçoamentos técnicos introduzidos durante os séculos anteriores não tinham alterado

substancialmente o sistema de produção. O açúcar continuava a ser obtido por processos manuais e rotineiros. O lombo do burro, o carro de boi e a barcaça constituíam os meios usuais de transporte. Os portos eram mal aparelhados e a comunicação com a Europa fazia-se em navios a vela.

Depois da Independência, os grupos ligados à grande lavoura que tinham em grande parte o controle do poder, realizaram uma política favorável à exportação de produtos agrícolas e se opuseram, em geral, a medidas que visassem estimular a industrialização do país. A indústria não se desenvolveu, quer por falta de condições locais, quer pela impossibilidade de enfrentar a concorrência européia, principalmente a da indústria inglesa, amplamente favorecida por tratados comerciais. Continuamos a importar a maior parte das manufaturas. Os produtos básicos da nossa economia: açúcar, algodão, cacau ou fumo dependiam quase exclusivamente do mercado internacional. Faltavam, nessa época, condições para criação de um mercado interno. A precariedade das vias de comunicação e a deficiência dos meios de transporte limitavam a produção. Os fretes eram elevados, a circulação lenta e a distribuição difícil. A rede de transportes, criada em razão da economia exportadora, estava voltada para o exterior: as melhores estradas ligavam o interior com o litoral. A comunicação por via terrestre entre as províncias continuava tão má que se preferia a via marítima. A população livre era diminuta e, com exceção de uma minoria, vivia à margem da economia exportadora. Vegetava em choças miseráveis, vestia-se pobremente, alimentava-se mal. Sem recursos, ignorante e atrasada, tinha poucas ambições e escassas possibilidades.

As primeiras fazendas de café organizaram-se em moldes tradicionais e o desenvolvimento da economia cafeeira provocou a intensificação do tráfico de escravos. Repetia-se o quadro da ordem escravista: os métodos de aproveitamento da terra, o sistema de transporte, o modo de utilização da mão-de-obra, as relações entre os componentes da sociedade eram aproximadamente os mesmos. O fazendeiro de café do Vale do Paraíba tinha muito em comum com o senhor de engenho do Nordeste. Cedo se improvisaria na Corte uma nova aristocracia: os barões do café, que, ao lado dos senhores de engenho, ocupariam cargos no conselho de Estado, no senado, na câmara e na administração das províncias e que iriam defender, no parlamento, a continuidade do tráfico e a permanência da escravidão.

O monopólio das melhores terras pela grande lavoura, fenômeno observado de norte a sul do país, a debilidade do mercado interno e finalmente a impossibilidade de participar da economia de exportação que demandava grandes investimentos em terras e escravos impediam o desenvolvimento da pequena propriedade. Ao imigrante, ofereciam-se duas opções igualmente desencorajantes: ou dedicar-se à cultura de subsistência ou trabalhar nas fazendas de café como agregado ou colono, em situação não muito diversa da do escravo. Nos núcleos urbanos as possibilidades de ascensão eram muito limitadas. O escravo continuava a representar, no campo e na cidade, a principal força de trabalho. Não é pois de estranhar que a grande maioria das experiências colonizadoras patrocinadas pelo governo, nessa época, tenha fracassado.

A sociedade organizava-se em razão do sistema escravista e as instituições adequavam-se a essa realidade. Nas zonas rurais o senhor exercia livremente seu domínio. A polícia e a justiça não constituíam impedimento às suas arbitrariedades,

seus membros recrutados entre as categorias dominantes ou pertencentes à sua clientela colaboravam para a manutenção do regime. O poder legislativo, onde os fazendeiros tinham larga representação, defendia interesses senhoriais. Multiplicavam-se as posturas municipais e as leis destinadas a restringir os riscos de insurreição e punir os crimes cometidos por escravos. A Igreja, por seu lado, aceitava sem protestos a permanência da escravidão. O clero, comprometido com a ordem social existente, esforçava-se por conciliar os ditames da moral religiosa com os interesses econômicos e financeiros, limitando-se a recomendar aos senhores brandura e benevolência e aos escravos obediência e resignação.

Entre a casa grande e a senzala houve sempre uma tensão permanente que os mecanismos de acomodação e controle social mal conseguiram disfarçar. Nem a “benevolência patriarcal” com que às vezes se tratava os escravos, nem a dureza dos castigos físicos aplicados com o objetivo de intimidá-los conseguiram evitar a indisciplina e a revolta. Insurreições, fugas e crimes expressavam, por toda parte, o protesto do escravizado. O sistema escravista assentava-se na exploração e na violência e recorria à violência para se manter.

Na primeira metade do século XIX, enquanto o sistema escravista parecia consolidar-se no Brasil, a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo criavam, na Inglaterra, condições para o advento de uma política contrária à escravidão. Formavam-se grupos sociais ligados à indústria, e interessados na ampliação de mercados. Desenvolvia-se uma ideologia antiescravista. Os líderes abolicionistas promoviam intensa campanha contra o tráfico, conseguindo, em 1807, a sua proibição. Daí por diante o governo britânico passou a exigir que as demais nações interrompessem definitivamente o comércio de escravos. Gerava-se assim uma profunda contradição entre a política britânica e os interesses das camadas senhoriais no Brasil, o que se agravava pelo fato de boa parte da produção nacional ser exportada para a Inglaterra de onde vinham capitais e produtos manufaturados.

A crise do sistema escravista na escala internacional repercutirá de duas maneiras no Brasil: primeiramente através de uma pressão direta da diplomacia britânica junto ao governo brasileiro, forçando a decretação de medidas contra o tráfico e, em segundo lugar, pela divulgação de idéias contrárias à escravidão. Mas tanto os esforços do governo inglês como as razões argüidas contra a escravidão esbarrariam na resistência tenaz dos representantes da grande lavoura que continuavam a considerar o escravo um instrumento indispensável.

O progresso da Revolução Industrial acentuou as contradições que minavam o sistema escravista. Os navios britânicos perseguiram os [navios] negreiros em águas brasileiras, provocando numerosos conflitos. A situação tornou-se insustentável. Atuando no campo dessas contradições e utilizando pontos de vista defendidos pela ideologia antiescravista, alguns políticos conseguiram, em 1850, a aprovação da lei que fez cessar definitivamente o tráfico.

Essa medida, embora de grande significado a longo prazo, não foi suficiente para alterar de imediato o regime de trabalho. Os fazendeiros de café, impossibilitados de importar escravos diretamente da África, como vinham fazendo até então, mandaram buscá-los no Nordeste e em outras regiões do país. Um tráfico

intenso se estabeleceu entre as zonas decadentes e as áreas novas. As províncias cafeeiras reuniram, em pouco tempo, dois terços da população escrava do país. Por toda parte, verificou-se a concentração da mão-de-obra escrava na grande lavoura, o que veio, indiretamente, favorecer a transição para o trabalho livre nas zonas urbanas [escravos das cidades sendo recrutados para o campo abriam “vácuos” para o trabalho livre].

A redistribuição da mão-de-obra permitiu adiar por alguns anos o problema, mas criou novas contradições que se iriam agravar com o passar do tempo: entre a cidade e o campo, entre as províncias onde o “trabalho servil” perdia importância e as regiões em que representava a principal força de trabalho.

O aumento da população livre, o processo de urbanização, a melhoria dos sistemas de transportes e vias de comunicação favoreceram a ampliação do mercado interno. Igualmente importante foi a substituição dos barcos a vela pelos navios a vapor, mais rápidos e de maior tonelagem. A economia se tornou mais diversificada e complexa. Esboçava-se um processo de industrialização que, embora pouco expressivo no total do complexo econômico do país, significou a criação de novas perspectivas e a formação de uma mentalidade nova. Surgiram grupos sociais menos comprometidos com a escravidão. Os indivíduos ligados às profissões liberais, ao comércio de retalho, ao sistema de transporte, às indústrias, ao artesanato e outras atividades urbanas seriam mais acessíveis às idéias abolicionistas do que os elementos pertencentes às camadas senhoriais, dependentes do trabalho escravo.

A dificuldade crescente de obter mão-de-obra constituía um entrave à expansão das lavouras. Os altos preços a que os escravos tinham chegado, o elevado custo de sua manutenção tornavam pouco conveniente o seu emprego, tanto mais que se pagavam ao trabalhador livre salários extremamente baixos. A aquisição de escravos passou a significar uma imobilização de capital pouco vantajosa. Os fazendeiros começaram a interessar-se por outras iniciativas: associaram-se à construção de vias férreas, incorporaram-se na criação de bancos, promoveram a vinda de colonos, inverteram capitais na compra de máquinas para melhorar o sistema de produção. Surgiram na década de 1870 condições mais favoráveis à imigração. As transformações ocorridas na Itália depois da unificação levaram à miséria milhares de camponeses que se dispuseram a emigrar. Os fazendeiros do oeste paulista resolveriam o problema do trabalho substituindo o escravo, que se revelava cada vez menos adequado à nova realidade, pelo colono italiano. O movimento imigratório entretanto só se intensificou realmente, a partir de 1886, com o agravamento da crise do sistema escravista.

A adesão de alguns setores da lavoura à idéia de emancipação foi decisiva para a vitória parlamentar do movimento e explica, em parte, o seu caráter pacífico. Mas é preciso reconhecer que o apoio final dos fazendeiros à Abolição resultou principalmente da pressão exercida pelos próprios escravos que, instigados pelos abolicionistas, abandonaram as fazendas, desorganizando o trabalho e criando em certas áreas um ambiente insustentável. A revolta das senzalas deu o golpe definitivo no sistema escravista.

Condenada pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica brasileira, a escravidão perdera gradativamente seu suporte ideológico. As instituições que outrora funcionavam coerentes com a ordem escravista revelaram-se permeáveis à propaganda abolicionista. As causas pleiteadas em nome de escravos encontravam maior acolhida na justiça. O parlamento aprovava leis emancipadoras que, embora na prática resultassem pouco eficazes, significavam uma concessão à pressão abolicionista, e exerciam grande efeito psicológico sobre a coletividade. Em 1887, o exército recusava-se a perseguir escravos fugidos e a Igreja manifestava-se oficialmente em defesa do cativo. No ano seguinte, um simples ato legal extinguiu a escravidão, sem que houvesse convulsão social ou abalos profundos na economia.

Realizada no plano político-parlamentar pelas categorias dominantes, mais interessadas em libertar a sociedade do ônus da escravidão, do que em resolver o problema do negro, a Abolição significou apenas uma etapa jurídica na emancipação do escravo que, a partir de então, foi abandonado à sua própria sorte e se viu obrigado a conquistar por si sua emancipação real.

Nas regiões mais dinâmicas e progressistas, a lei veio apenas consolidar uma situação de fato; nas outras, ela representou um golpe de morte numa economia decadente, e a maioria dos fazendeiros onerados por dívidas não mais conseguiram recuperar-se.

A Abolição não significou a destruição imediata da ordem tradicional. O país continuou predominantemente agrário, apoiando-se na exportação de produtos tropicais. Manteve-se intacto o sistema de propriedade. As condições de vida dos colonos continuaram precárias na maioria das fazendas, e só melhoraram quando o progresso da industrialização e da urbanização abriram novas perspectivas. O negro, marcado pela herança da escravidão, não estando preparado para concorrer no mercado de trabalho e tendo de enfrentar toda sorte de preconceitos, permaneceu marginalizado. Alguns estereótipos e preconceitos elaborados durante o período escravista mantêm-se até hoje, e só recentemente [estamos em 1966] se cogitou, no parlamento, de melhorar as condições de vida do trabalhador rural. O processo de modernização da economia atingiu apenas algumas áreas e segmentos limitados da sociedade brasileira. As estruturas arcaicas não foram totalmente eliminadas e em muitas regiões persistem quase inalteradas, criando uma sucessão de quadros humanos e de paisagens tão diversas que permitem definir o Brasil como uma terra de contrastes.

A Abolição representou uma etapa apenas na liquidação da estrutura colonial. A classe senhorial diretamente relacionada com o modo tradicional de produção e que constituía o alicerce da monarquia foi profundamente atingida. A Coroa perdeu suas últimas bases. Uma nova classe dirigente formava-se nas zonas pioneiras e dinâmicas. A nova oligarquia, ainda predominantemente agrária, assumiu a liderança com a proclamação da República Federativa que veio atender aos anseios de autonomia, que o sistema monárquico unitário e centralizado não era capaz de satisfazer. A história da Primeira República estará desde suas origens até 1930 marcada pela sua atuação.

Abolição e República significam, de uma certa forma, a repercussão, no nível institucional, das mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país

na segunda metade do século XIX, prenunciando a transição da sociedade senhorial para a empresarial.

Fim.

Resumo precário de
Evandro Machado.
Em 29.04.2011.